

## **Memória em imagens: a trajetória da capital do Território Federal do Iguaçu (1943-1946)<sup>1</sup>**

Fernanda MOTTER<sup>2</sup>

Éverly PEGORARO<sup>3</sup>

Universidade Estadual do Centro Oeste – Unicentro, PR

### **RESUMO**

Esta pesquisa analisa o agenciamento de um conjunto de fotografias que se refere a um acontecimento significativo para a História do Paraná: a formação do Território Federal do Iguaçu. As imagens contextualizam Laranjeiras do Sul - cidade escolhida para ser a capital do Território Federal de 1943 a 1946, na região Centro Oeste do Paraná. O termo agenciamento (MAUAD, 2008) refere-se à “biografia” das imagens, em sua circulação social e possível construção de uma narrativa visual que contribui para a formação da memória do assunto em questão. Para a análise, foram escolhidas as imagens que pertencem ao acervo da Casa da Memória e Cultura Território Federal do Iguaçu.

**PALAVRAS-CHAVE:** Fotografia; Agenciamento; História do Paraná.

### **Introdução**

Dentre os inúmeros usos que a prática fotográfica teve ao longo de sua história, sem dúvida, o registro de acontecimentos sociais marcantes tem um papel preponderante. Para Kossoy (2001), a descoberta da fotografia possibilitou o autoconhecimento e a recordação, a criação artística, a documentação e a denúncia, graças a sua natureza documental. Portanto, a iconografia pode fornecer um amplo painel de informações visuais para que se possa ter uma maior compreensão do passado em seus múltiplos aspectos.

O ato de fotografar ou ser fotografado tornou-se, aos olhos de Mauad (2008), vestígio do real, ou seja, as pessoas buscam compreender o passado analisando imagens. A fotografia, portanto, pode ser considerada uma ferramenta fundamental para a construção da memória visual de determinado local, que legitima fatos e conforma visões de mundo que produza sentidos.

Além de construir, legitimar e confrontar informações e acontecimentos, a fotografia é mediadora das relações sociais e contribui para a confirmação de valores e

---

<sup>1</sup> - Trabalho apresentado no IJ8 – “Estudos interdisciplinares”, no XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação realizado de 05 a 09 de setembro de 2016.

<sup>2</sup> - Estudante do 3º ano do curso de Comunicação Social – Jornalismo e aluna bolsista do programa de Iniciação Científica da Fundação Araucária na Unicentro. E-mail: [fernandamotter1@hotmail.com](mailto:fernandamotter1@hotmail.com)

<sup>3</sup> Orientadora do trabalho e professora do Departamento de Comunicação Social da Unicentro. E-mail: [everlypegoraro@gmail.com](mailto:everlypegoraro@gmail.com)

comportamentos e para a acomodação de visões de mundo. Como propõe Mauad (2008), a fotografia é também, produtora de sentidos, compondo historicamente a textualidade de uma determinada época, pois engendra uma capacidade narrativa que se processa nessa temporalidade. É através delas que se pode estabelecer um diálogo de sentidos com outras referências culturais de caráter verbal ou não-verbal. “As imagens nos contam histórias, atualizam memórias, imaginam a história. Esse [é] o campo que define a ordem visível (e do invisível)” (MAUAD, 2008, p. 20). A fotografia, portanto, aliada a memória e ao contexto de determinado local, está inserida na história cultural, se fazendo presente nos meios de comunicação e expressão em todas as atividades humanas. As fotografias reúnem em seu conteúdo informações múltiplas da realidade selecionada. (KOSSOY, 2001).

O objetivo deste estudo é analisar a relação entre a construção de uma memória visual, por meio de fotografias de um acontecimento significativo para a história do Paraná: a formação do Território Federal do Iguaçu. Busca-se entender esta construção de memória visual por meio do agenciamento das imagens relacionadas ao tema e que fazem parte do acervo da Casa da Memória e Cultura Território Federal do Iguassu, localizado em Laranjeiras do Sul, cidade na região Centro Oeste do Paraná. O termo agenciamento (MAUAD, 2008) refere-se à “biografia” das imagens, em sua circulação social e possível construção de uma narrativa visual que contribui para a formação da memória do assunto em questão. Dessa forma, as imagens aqui apresentadas fornecem pistas importantes para entender as implicações da formação do Território do Iguaçu para o município de Laranjeiras do Sul, que foi escolhido como capital.

### **O Território Federal do Iguaçu**

A presente pesquisa parte da análise do circuito de agenciamento, conforme Mauad (2008) explica, do acervo fotográfico sobre o Território Federal do Iguaçu (1943 – 1946), pertence à Casa da Memória e Cultura Território Federal do Iguassu, localizada em Laranjeiras do Sul (PR). Com a análise do agenciamento, pretende-se reconstruir a trajetória das imagens que compõem este acervo sobre a temática selecionada, procurando descobrir vestígios de quem as produziu, com que intuito, como circularam e com que objetivos, bem como a temática das imagens.

A questão dos territórios federais no Brasil já podia ser observada na primeira divisão administrativa durante a Constituição Imperial quando os antigos limites das Capitânias

foram transformados em províncias, por volta de 1821. Segundo REIS (1963 p.387), apesar de não aceita pelos constituintes imperiais, foi definida a ideia de “não se respeitar o quadro da herança portuguesa” e, desta forma, “as Capitânicas menos prósperas se ativessem à condição de Territórios”.

Mas a primeira referência constitucional para a questão dos Territórios Federais vem a aparecer somente na Constituição de 1934, que no seu artigo primeiro dizia:

A Nação Brasileira, constituída pela união perpétua e indissolúvel dos estados, do Distrito Federal e dos territórios em Estados Unidos do Brasil, mantém, sob forma de governo, sob regime representativo, a República Federativa proclamada em 15 de novembro de 1889. (Constituição Federal, 1934, Art n°01).

No artigo n°16 daquele documento, ficou estabelecido que, “Além do Acre, constituirão territórios nacionais outros que venham a pertencer à União, por qualquer título legítimo. Logo que tiver 300 mil habitantes, o Território poderá ser, por lei especial, erigido em Estado”.

Mas foi apenas em 1937, através de uma ordem constitucional, que Getúlio Vargas criou em 1942. Ponta Porã e Iguazu foram desmembrados dos estados do Paraná e Santa Catarina. (MUSSOI 2015).

Foi a partir desta nova ordem constitucional, que o Território Federal do Iguazu passou por uma série de medidas pelo governo federal, que, segundo MUSSOI (2015), visava o fortalecimento das fronteiras, que podem ser consideradas a fase embrionária do Território Federal do Iguazu. Entre elas, estavam a ampliação da faixa de fronteira (esta criada pela Constituição de 1934), de 100 para 150 quilômetros, e a responsabilidade a cargo do Conselho Superior de Segurança Nacional para que se autorizasse sua colonização ou aberturas de estradas para o interior. Também se encontrava descrito na nova ordem que o estabelecimento de condições espaciais para a ocupação de terras na faixa de fronteira procurava garantir o processo de nacionalização da região, as quais somente poderiam ser concebidas se fossem para colonos brasileiros natos ou casados com brasileiras, na faixa inicial de 30 quilômetros a propriedade não poderia ultrapassar a 100 hectares e a concessão gratuita apenas na área inferior a 25 hectares.

Foi a partir do Decreto n° 5.812, de 13 de setembro de 1943, que todos os Territórios acima descritos, ao longo de uma faixa de fronteira de 150 km instituída pela Constituição Federal outorgada em 1937, que os limites iniciais do território foram sendo definidos. Localizado nas terras correspondentes a faixa de fronteiras, na área de limite com a

República da Argentina e do Paraguai, o Território foi criado pela fusão da parte Oeste e Sudoeste do Paraná e Oeste de Santa Catarina. Segundo Mussoi (2001 p.43), para a formação do novo território, o Paraná perdeu 51.452 km<sup>2</sup>. Santa Catarina perdeu 14.402 km<sup>2</sup>. Com a união de territórios paranaenses e catarinenses, o Território Federal do Iguazu passou a ser uma nova unidade federativa correspondendo a um total de 65.854 km<sup>2</sup>.

O Decreto de criação do Território do Iguazu não estabeleceu seus municípios, nem definiu a capital. Porém, foram adotadas medidas complementares neste sentido, que seriam tomadas uma semana depois. Em 21 de setembro de 1943, ficou definido que o Território do Iguazu seria dividido em quatro municípios, com as denominações de “Foz do Iguazu”, “Clevelândia”, “Mangueirinha” e “Xapecó”<sup>4</sup>.

Como o Governo Federal não havia decidido qual seria a capital do Território do Iguazu, definiu-se então que a escolhida fosse à cidade que tinha o mesmo nome do Território Federal do Iguazu. Segundo Mussoi (2001), havia uma torcida para que a escolhida fosse Foz do Iguazu. Porém, cerca de oito meses foram necessários para que um novo decreto delimitasse o local definitivo para ser a sede. E a partir de então, a capital passou a ser Laranjeiras do Sul.

Com o novo Decreto de nº 6.550, o Território Federal do Iguazu anexou mais terras, cerca de 3.000 km<sup>2</sup>. A área que passou a fazer parte do Território correspondia à chamada vila de Xagu, ex-Laranjeiras subtraindo-a do município de Guarapuava.<sup>5</sup>

O governo do Paraná, e em especial, os representantes do Oeste do Paraná, já que dentro do estado haveria outra forma de poder equivalente. Porém, perspectivas de crescimento das regiões que envolviam o Território Federal do Iguazu aumentavam. Segundo Mussoi (2015), a população via com bons olhos a chegada do Território do Iguazu, pois impulsionaria o comércio e, conseqüentemente, geraria mais riquezas e infraestruturas para a localidade.

### **Laranjeiras do Sul: capital do Território do Iguazu**

Segundo Tourinho (1991), os motivos que levaram a escolha da vila Xagu, ex-Laranjeiras para a instalação da capital do Território Federal do Iguazu ainda não estão

---

<sup>4</sup> BRASIL, Decreto-Lei nº5.839, de 21 de setembro de 1943. Dispõe sobre a administração dos Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porá e do Iguazu.

<sup>5</sup> A antiga Vila Xagu, ex-Laranjeiras foi à última área anexada ao Território Federal do Iguazu e também a contemplada como capital pela proximidade com os grandes centros da época, como Curitiba e Guarapuava.

suficientemente esclarecidos. Sabe-se, porém, que esta decisão foi tomada pelo Major Garcez do Nascimento, nomeado o primeiro governador do Território do Iguazu por meio de um decreto presidencial. Outro aspecto levantado por Tourinho (1991) relaciona-se ao fato de Laranjeiras do Sul fazer parte da rota em que passaria a BR 277<sup>6</sup>, que naquele período já estava sendo construída e passava por Guarapuava.

A decisão tomada pelo presidente Getúlio Vargas para fixar a capital do Território do Iguazu na vila Xagu partiu das sugestões apresentadas pelo governador do Paraná João Garcez do Nascimento, que assumiu o governo quando ainda não se havia definido o local para a instalação da capital.

De acordo com Camargo (1999), a população de Laranjeiras do Sul e de todo o Oeste do Paraná queixavam-se de abandono, de que não havia interesse real do estado em solucionar os problemas existentes na região. Após a nomeação, as mudanças no panorama social da região e, principalmente, da cidade foram perceptíveis ao longo dos anos em que Laranjeiras do Sul foi capital do Território Federal do Iguazu. E os meios de comunicação da época repercutiram a escolha tomada por Vargas. Um deles foi o jornal *Iguazu*, que fazia a ponte entre o governo com a população<sup>7</sup>. Para Camargo (1999), grande parte das fotografias da capital no período do Território Federal do Iguazu foi veiculada neste jornal.

Para esta análise fotográfica, foram utilizadas fotografias que contextualizem a capital do Território Federal do Iguazu, levando em consideração o circuito de agenciamento destas fotografias, bem como sua trajetória social. Para esta análise foram utilizadas metodologias de estudo de imagem de Mauad (2008) e Kossoy (2001).

As fotografias destas construções ou de acontecimentos marcantes na capital do Território Federal do Iguazu representam mais do que lembranças de um período importante para a cidade. De acordo com Kossoy (2001 p.45), uma fotografia, assim como qualquer documento original não se constitui apenas de um conteúdo no qual as informações se acham registradas. As informações expressas não existem desvinculadamente de um suporte físico.

---

<sup>6</sup> A rodovia federal transversal do Brasil, a BR 277, denominada uma das mais extensas rodovias. Essa rodovia corta do estado do Paraná no sentido leste-oeste, ligando o Porto de Paranaguá, Curitiba, Campo Largo, Irati, Palmeira, Guarapuava, Laranjeiras do Sul, Cascavel, Foz do Iguazu e Prudentópolis. A rodovia é a principal estrada do Paraná e uma das maiores no Brasil.

<sup>7</sup> Chamado de “Hebdomadário dedicado aos interesses do Território”, tinha como diretores, Beneval de Oliveira e Walfredo Machado. Circulava semanalmente na Capital e em todos os municípios que formavam o Território Federal do Iguazu. Segundo Camargo (1999 p.134), por se tratar de um órgão de divulgação do Território Federal do Iguazu, publicava atos oficiais e as notícias governamentais, não raro notas de protesto, além de notícias sobre a comunidade e publicidades.

A fotografia é uma representação plástica (forma de expressão visual), indivisivelmente incorporada ao seu suporte resultante dos procedimentos tecnológicos que a materializaram. Uma fotografia original é, assim, um *objeto-imagem*: um artefato no qual se pode detectar em sua estrutura, características técnicas típicas da época em que foi produzido. (KOSSOY, 2001, p.45).

### Fotografia 01 – A chegada da imagem do Cristo Redentor<sup>8</sup>



Fotografia do Cristo Redentor, um dos símbolos de Laranjeiras do Sul chegou em 1944. Esta imagem retrata o dia da festa de lançamento do monumento na cidade. Autoridades e a população participaram da cerimônia. Foto: Acervo da Casa da Memória e Cultura Território Federal do Iguassu.

A imagem fica de frente para o antigo palácio do governo do Território Federal do Iguauçu. A mesma posição em que foi colocada quando da sua chegada à cidade, uma réplica fiel do Cristo Redentor localizado no Rio de Janeiro. Não há indicação de quem fotografou e quem foi fotografado. Segundo Camargo (1999), essa é uma das fotografias que circulou pela cidade através do jornal Iguauçu.

A fotografia posada reflete bem um dos lemas do governo no período em que Laranjeiras do Sul era capital do Território Federal: uma cidade que professava a sua fé e que prometia ser um grande centro, uma reprodução do que era o Rio de Janeiro, um exemplo de cidade moderna naquele período. (CAMARGO, 1999).

<sup>8</sup> As fotografias utilizadas nesta pesquisa pertencem à Casa da Memória e Cultura Território Federal do Iguassu.

Segundo Mauad (2008), o crescente processo de urbanização afetou diretamente textos verbais e não-verbais se entrecruzariam na elaboração dos campos de significação da cidade como imaginação e vivência. A fotografia toma parte desse processo, de maneira ativa, simultaneamente respondendo à variedade e à multiplicidade da vida e de experiências urbanas, e às questões relativas à como a cidade era percebida e representada. Portanto, o ato fotográfico inscrito no espaço urbano relaciona-se, estreitamente, à complexidade visual da cidade tanto como experiência quanto como imagem.

A fotografia foi um elemento importante para a divulgação de tudo o que acontecia no Território Federal do Iguçu. Estas fotografias que circulavam por todo o território eram agenciadas de diferentes formas, feitas por fotógrafos profissionais contratados pelo novo governo do Território Federal do Iguçu. Outras, porém, pertenciam a acervos de moradores.

O Território, portanto, contribuiu para a evolução no processo de urbanização e modernização De Laranjeiras do Sul. De acordo com Camargo (1999), com a instalação das repartições públicas de forma gradativa e com as novas casas comerciais, a vida da população do município e da região tornou-se mais fácil, pois não havia necessidade dos deslocamentos para centros maiores para resolver determinados assuntos.

Com a abertura de casas comerciais maiores e com variedade de mercadorias e o aumento populacional, os agricultores conseguiam vender seus produtos com certa facilidade. O funcionalismo (federal) era bem pago e havia filas pleiteando cargos, como delegado de polícia, por exemplo. No sistema educacional, foi instalada a Escola Normal Regional, que era novidade e oferecia o curso de formação de professores. Foi freqüentada por alunos de vários municípios vizinhos, e até dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. (CAMARGO, 1999, p.132).

### **Fotografia 02 – Hospital de Caridade**



Fotografia que retrata uma das principais obras construídas no período do Território Federal do Iguazu: o Hospital de Caridade Iguazu. Foto: Acervo Casa da Memória e Cultura Território Federal do Iguassu.

Esta construção demorou 32 dias desde o início da construção até a sua inauguração, esteve localizada onde atualmente encontra-se a Rua Capitão Antônio Joaquim de Camargo. O Hospital de Caridade foi popularmente conhecido por ser o primeiro hospital da cidade. Os municípios da região também se beneficiavam com os seus serviços, graças à proximidade. Sem identificação de quem fotografou, esta foi uma das fotografias publicadas no jornal *Iguazu*, como “Um dos grandes empreendimentos para a nova capital”.

Segundo Mussoi (2015), a chegada de hospitais, farmácias, casas de saúde e maternidade para a capital do Território Federal do Iguazu significavam não apenas o desenvolvimento da região, e sim uma preparação para eventuais conflitos com os países vizinhos, como Argentina e Paraguai. Com uma infraestrutura completa, o atendimento à população tanto da capital como os municípios estaria garantido.

Segundo Mauad (2008), o entrecruzamento de imagens fotográficas e narrativas de trajetórias de vida permite a atualização de memórias e, por conseguinte, da imagem que aquele grupo quis perenizar para todo o sempre.

As construções na década de 1940 seguiam um mesmo padrão entre casas e centros comerciais. Como a região dispunha de grandes reservas de madeira, as construções em grande parte utilizaram este recurso e, segundo Camargo (1999), uma construtora local foi contratada para erguer construções com as verbas do Território Federal. Por isso, residências de funcionários, a sede do governo e o comércio que foi integrado no local mantinham as mesmas características.

### **Fotografia 03 – Palácio do Governador**





Fotografia que retrata o Palácio do governo do Território Federal do Iguazu, cuja construção foi executada no ano de 1944. Foto: Acervo Casa da Memória e Cultura Território Federal do Iguassu.

O palácio, assim como as outras construções do período, seguem um mesmo formato estético. Foi a partir desta edificação que se sentiu a necessidade da instalação da energia elétrica, através de geradores movidos a motores. Sem indicação de quem fotografou, esta imagem circulou por todo o Território Federal do Iguazu.

Segundo Camargo (1999), conquistas chegaram à cidade após este tipo de construções. A saúde pública, por exemplo, foi intensificada, com a criação de postos de saúde e enfermarias, já que foi devido à polícia-sanitária ser muito ativa nos municípios de Palmas e Guarapuava, os leprosos procuraram se refugiar no Território. Portanto, tornou-se necessário tomar medidas enérgicas e urgentes para não continuarem a se reproduzir.

Outro aspecto reforçado na cidade foi à segurança pública, com a criação de uma Guarda Territorial e Fluvial, com cerca de 200 homens. Segundo Mussoi (2015), parte deste efetivo era encarregado da segurança terrestre. Distribuídos em equipes, ficaram responsáveis pela vigilância dos rios, com lanchas rápidas e armadas. Nas principais vilas e cidades de fronteira foram criados postos policiais, com estações radiotelegráficas.

O término do Território do Iguazu só se deu pela aprovação no Plenário da Assembleia Nacional Constituinte no dia 08 de setembro de 1946. Segundo MUSSOI (2015), entre vários debates, o deputado paranaense Munhoz da Rocha defendeu a extinção do Território Federal do Iguazu. Optou-se que os Territórios do Iguazu e de Ponta Porã<sup>9</sup> voltassem a fazer parte dos estados de onde foram destacados.

<sup>9</sup> Em ambos os Territórios Federais, após o término voltaram a fazer parte dos estados do Paraná e de Santa Catarina e, o Território Federal de Ponta Porã voltou a fazer parte do estado do Mato Grosso do Sul.

Partindo da análise do agenciamento destas fotografias, a trajetória dessas imagens, que perpassam gerações através do seu armazenamento, distribuição. A biografia das imagens para Mauad (2008), aliada a sua vida social importam, pois implicam relações sociais diferenciadas. As imagens que circularam pelos periódicos da região e no próprio jornal *Iguaçu* hoje fazem parte de um acervo oficial em Laranjeiras do Sul: O da Casa da Memória e Cultura Território Federal do Iguaçu.

### **Considerações Finais**

A ideia da criação do Território Federal do Iguaçu já vinha sendo estudada desde a década de 1920, e encontravam apoio no Estado das Missões, nos planos dos capitalistas riograndenses e pelo temor da penetração argentina, que já vinha ocorrendo sobretudo na região de Foz do Iguaçu.

Com a justificativa que o estado do Paraná havia sido mutilado e aproveitando o fato do Estado Novo estar chegando ao fim, às autoridades políticas do Paraná conseguiram por fim no Território. Segundo Camargo (1999), as lideranças do Oeste do Paraná se manifestavam desde a sua criação, contra o Território.

Para a população de Laranjeiras do Sul, a extinção do Território foi uma surpresa e puseram fim às esperanças de progresso e de uma vida melhor. Extinto o Território Federal do Iguaçu, Laranjeiras do Sul voltou a ser “apenas” um distrito do município de Guarapuava. (CAMARGO, 1999, p.153). Os munícipes sentiram-se valorizados, por morarem em uma capital de estado. E isso era contatado principalmente pela proximidade de Laranjeiras do Sul com os grandes centros, como Curitiba, por exemplo.

A fotografia faz parte de um processo de legitimação e reafirmação da veracidade dos fatos. As imagens aqui apresentadas, que fazem parte do Acervo da Casa da Memória e Cultura do Território Federal do Iguassu, contribuíram para a formação de um imaginário e para a reconstrução de Laranjeiras do Sul entre os anos 1943 e 1946.

Portanto, a criação do Território Federal do Iguaçu, e em especial a localização da sede ser a cidade de Laranjeiras do Sul, contribuiu para o desenvolvimento e avanços na estrutura da cidade. As fotografias por sua vez contribuíram na disseminação e registro do crescimento e desenvolvimento naquele período.

Segundo Camargo (1999), apesar das autoridades locais aderirem ao fim do Território Federal do Iguaçu, ele foi produtivo para a população que se beneficiou com os avanços que vieram para a cidade nos quatro anos do Território Federal do Iguaçu.

## Referências

CAMARGO, João Olivir. *Raízes da nossa terra: a história épica e contemporânea*. Editora Vicentina. Laranjeiras do Sul: 1999.

KOSSOY, Boris. *Fotografia e História*. 2. Ed. SP: Ateliê Editorial, 2001.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 7ª Edição revista. Editora Unicamp, Campinas: 2013.

MAUAD, Ana Maria. *Poses e Flagrantes: ensaio sobre história e fotografias*. Niterói: Editora da UFF, 2008.

MUSSOI, Arno Bento. *Território Federal do Iguaçu: Perspectivas para o desenvolvimento regional*. Editora Cantu: Laranjeiras do Sul: 2015.

REIS, Arthur César Ferreira. *A ideia de Território no Pensamento do Legislador Brasileiro*. Conferência realizada pelo conselho técnico da Confederação Nacional do Comércio, Rio de Janeiro, Revista de Direito Administrativo. Rio de Janeiro: 1963.

TOURINHO, Luiz Carlos Pereira. *Toiro Passante IV: Tempo de República Getuliana*. Curitiba, Works informática: 1991.